

Neste ano de 2016 é imperioso assinalar alguns aspetos positivos e algumas alterações de que a revista *Páginas a&b* foi alvo. Começo por relevar a publicação de três números, em vez dos dois habituais, mercê da edição de um número especial com os trabalhos apresentados no II Workshop de Pós-graduação em Ciência da Informação, organizado pelo Grupo de Trabalho em Ciência da Informação da SOPCOM. Foi um esforço adicional, mas estou certa de que valeu a pena, até porque assim se cumpriu um dos objetivos centrais da revista – divulgar resultados de investigação em contextos académicos, no âmbito de mestrados e doutoramentos. Merece igualmente referência o facto de, a partir deste número, a revista passar a ter atribuído o DOI (*Digital Object Identifier*), elemento padrão para a identificação de documentos digitais, particularmente na Internet. Finalmente, importa mencionar a alteração sofrida ao nível da edição, em virtude da extinção do centro de investigação CETAC.MEDIA, que em associação com o Gabinete de Estudos a&b editou *Páginas a&b* desde 2008. A esta unidade de investigação sucedeu, em agosto deste ano, o Centro de Investigação em Comunicação, Informação e Cultura Digital (CIC.Digital), uma estrutura de investigação com quatro polos, resultante da parceria de outras tantas universidades: a Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, a Universidade do Porto – Faculdade de Letras, a Universidade de Aveiro e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Assim, a partir de agora, a responsabilidade editorial de *Páginas a&b* passa a ser do Gabinete de Estudos a&b e do CIC.Digital (Porto), estrutura de investigação sediada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O número que agora se edita tem, como é hábito, uma forte participação de colegas brasileiros, sendo neste caso absolutamente dominante, já que apenas um artigo é de autores nacionais. O formato eletrónico e em acesso livre tem potenciado a receção de muitos mais contributos de fora do país, nomeadamente do Brasil, mas tal incremento não tem sido compensado, de forma equilibrada, pelos autores portugueses, o que não deixa de ser lamentável. Fica, pois, aqui, um voto para que, em 2017, a produção nacional ganhe maior espaço em *Páginas a&b*.

A temática deste número é diversificada, abrangendo problemáticas relativas aos arquivos e à Arquivística, às bibliotecas e à gestão da informação no seu sentido mais lato. Farias e Galindo fazem uma análise do comportamento informacional no uso de repositórios digitais nas universidades federais brasileiras. Ochôa, Barata, Galvão, Batalha e Pinto debatem a pertinência da investigação em torno do funcionamento das bibliotecas da Administração Central do Estado, envolvendo os cidadãos na conceção e experimentação de novas ideias para a modernização administrativa em Portugal; esta análise surge a propósito do lançamento do Laboratório de Experimentação da Administração Pública (LabX), em outubro de 2016. O direito à informação é-nos apresentado por Arruda num texto de grande pendor jurídico, mas com relações óbvias com o campo da informação, no qual é feita uma análise comparativa da legislação brasileira e norte americana. A gestão da informação, envolvendo a organização, o acesso e o uso da informação nas organizações é o tema do texto de Saeger, Oliveira, Pinho Neto e Neves, autores vinculados à Universidade Federal da Paraíba, que tratam a problemática da gestão da informação numa perspetiva teórica, discutindo o conceito, modelos de aplicação, procedimentos e etapas do processo no contexto das organizações.

Uma outra análise teórica é feita por Marques e Tognoli num texto que discute a relação da Arquivística com outras disciplinas, em particular com a Diplomática. Por fim, o trabalho de Alves e Silva aborda a análise diplomática da autenticidade nos documentos dos arquivos pessoais, complementando, de certa forma, o artigo anterior.

A fechar este número, na secção *a&b em aberto*, apresenta-se um estudo exploratório, de Hipólito e Neves, que traça um caminho para o tratamento e preservação da memória informacional do Presbitério Sul da Paraíba. Trata-se de um caso de estudo, bem ilustrativo do que pode ser feito e replicado em inúmeros acervos que estejam em risco de perder-se.

Mesmo a encerrar 2016, resta-me desejar a todos boas leituras e formular votos de um Feliz Ano Novo!

Fernanda Ribeiro